



Relatório Anual 2009



FUNDAÇÃO
BEMGEPREV

O Relatório Anual 2009 também está na Internet:
www.bemgeprev.com.br

- 3** Mensagem do Diretor Presidente
- 4** Mais tranquilidade para o sistema
- 5** O ano na Bemgeprev
- 8** Quem somos
- 9** Órgãos de Administração

Encarte

Demonstrações Contábeis

Parecer Atuarial

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Manifestação do Conselho Deliberativo

Demonstração Patrimonial e de Resultados

Informe Resumo dos Investimentos

Resumo da Política de Investimentos



Impresso em papel certificado pelo FSC (Conselho de Administração de Florestas), organização não-governamental independente que define fundamentos de certificação florestal em todo o mundo. O selo assegura que critérios sociais, ambientais e econômicos foram seguidos durante o manejo florestal.

Relatório Anual 2009

Começamos 2009 com a perspectiva de um ano particularmente difícil em função dos possíveis impactos da crise que abalou a economia mundial em meados de 2008. Ficamos, então, muito satisfeitos ao constatar que saímos de 2009 melhor do que entramos.

Para isso, concentramos nossa energia em duas frentes: o aprimoramento dos processos e controles de nossas atividades e a gestão precisa e criteriosa do patrimônio da entidade. Sempre importantes, estes dois aspectos são ainda mais essenciais em momentos de alto risco, pois propiciam eficiência, credibilidade e solidez. É dessa forma que podemos atingir nossos objetivos de curto, médio e longo prazos, garantindo a entrega dos benefícios oferecidos aos participantes.

Iniciamos também um movimento significativo e que será aprofundado em 2010. Sua base é a sinergia entre as sete entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco. Bemgeprev, Fundação Itaúbanco,

UBB Prev, ItaúBank, Funbep, Prebeg e Banorte possuem, juntas, um patrimônio que ultrapassa R\$ 14 bilhões e cerca de 65 mil participantes, sem contar os milhares de dependentes indiretamente ligados a nossos planos.

É para atender às suas necessidades presentes e futuras que buscamos a excelência. O envolvimento dos participantes é essencial nesse processo e, por isso, temos procurado mantê-los bem informados, inclusive nos antecipando às recentes recomendações da Secretaria de Previdência Complementar em termos de educação previdenciária e financeira. Isso se dá tanto pelo atendimento telefônico e pessoal como por meio de nossos eventos e veículos de comunicação.

Podemos ser ainda melhores? Podemos e queremos. Em 2010, não vamos descansar diante dos bons resultados de 2009. Eles serão nosso maior estímulo para continuar trabalhando de maneira eficaz, transparente e segura.

Sergio Fajerman

Diretor Presidente da Bemgeprev

Mais tranquilidade para o sistema

Maior flexibilidade nas regras que regulam seus investimentos e a esperada criação da Previc marcaram um bom ano para as entidades fechadas de previdência complementar.

Dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) mostram uma sólida recuperação do sistema após o abalo econômico-financeiro de 2008, quando pela primeira vez, desde 1995, os fundos de pensão encerraram o ano com resultados negativos. A retomada, em julho de 2009, já apontava rentabilidade de 11,7% contra um passivo atuarial de 6,55%.

Em outubro, as estatísticas do setor indicavam a existência de 372 fundos de pensão, com patrimônio na marca de R\$ 473 bilhões (16,2% do PIB), atendendo a quase 2,9 milhões de participantes (ativos e assistidos) com cerca de 4,4 milhões de dependentes. Diante da vitalidade do sistema, especialistas projetam que até o ano de 2021 o patrimônio dos fundos deverá chegar a R\$ 1,6 trilhão, equivalendo a 40% da projeção do PIB brasileiro.

O grande desafio agora é gerir os investimentos das entidades em meio a um ambiente econômico com taxas de juros mais baixas. Para regular essa questão, o Conselho Monetário Nacional divulgou a Resolução nº 3.792, em setembro de 2009, com novas diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelos fun-

dos de pensão. As regras ampliam o limite máximo destinado à renda variável, criam a possibilidade de aplicar em novos segmentos e, em contrapartida, exigem a certificação dos dirigentes e demais profissionais envolvidos nas decisões de investimento.

Outras importantes normas foram incorporadas ao setor, tendo como direcionamento básico incrementar a transparência e a governança das entidades. As regras abrangem temas como critérios e limites para custeio das despesas administrativas, procedimentos contábeis e a forma e periodicidades para envio de informações à Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

Quase no final do ano, no dia 23 de dezembro, uma notícia trouxe ainda mais impulso ao sistema: a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) - uma autarquia autônoma administrativa e financeiramente, com patrimônio próprio, e vinculada ao Ministério da Previdência Social. A Previc substituiu a SPC e é agora o órgão responsável por fiscalizar e supervisionar as atividades dos fundos e executar políticas para o regime de previdência complementar fechado.

O ano na Bemgeprev

Em 2009, a Bemgeprev aperfeiçoou seus procedimentos e processos, promoveu melhorias em suas atividades e levou adiante a meta de estar sempre ao lado dos participantes. Seus profissionais continuam sendo continuamente capacitados para atender às diferentes solicitações de todos os que procuram a entidade para obter informações, esclarecer dúvidas ou sugerir mudanças que possam aprimorar ainda mais os serviços oferecidos.

Processamento passa para a Itaú Previtec

A partir de 2009, a Bemgeprev passou a utilizar o Sistema Itaú Previtec para operacionalizar e administrar seus planos de benefícios. A mudança trouxe vantagens como maior segurança e visibilidade das informações, melhores controles, facilidade de operação, módulos integrados e novas opções de serviços na internet. Fundada em 2007, a Itaú Previtec é líder no desenvolvimento de sistemas de gestão para fundos de pensão.

Estatuto, Regulamento e Política

Em fevereiro, todos os participantes receberam a versão impressa de três documentos que orientam o funcionamento da Bemgeprev: seu Estatuto, o Regulamento do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV) e a Política de Investimentos para 2009.

Expansão da metodologia SOX

Depois de adequar seus processos de Folha de Pagamentos à metodologia SOX, a Bemgeprev estendeu os ajustes para o Controle de Contribuições das Patrocinadoras. Operar com essa metodologia fortalece o sistema de controles internos e minimiza a ocorrência de falhas no cronograma e valores arrecadados, incrementando o equilíbrio e a sustentabilidade dos planos.

Reuniões dos Conselhos

Em 2009 ocorreram as reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Os conselheiros puderam, nesses encontros, avaliar processos, atividades e números relativos à entidade. A composição dos Conselhos e da Diretoria da Bemgeprev foi alterada ao longo do ano em decorrência de modificações na estrutura organizacional do Itaú Unibanco ou por decisão pessoal de seus membros (a formação atualizada está na página 9).



Evento dos assistidos: Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife e São Paulo.

Mais duas Fundações

A fusão das operações financeiras do Itaú com o Unibanco, em novembro de 2008, criou o Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. Em função dessa união de forças, houve mudanças na estrutura das Diretorias e Conselhos de suas entidades de previdência complementar que somam, agora, sete fundos de pensão: Bemgeprev, Fundação Itaúbanco, UBB Prev, ItaúBank, Funbep, Prebeg e Banorte. Juntos, eles têm quase 65 mil participantes e patrimônio da ordem de R\$ 14 bilhões.

Evento dos assistidos

Organizado pela Bemgeprev e as outras seis entidades ligadas ao Itaú Unibanco, o tradicional Evento dos Assistidos percorreu cinco capitais (Goiânia, Curitiba, Belo Horizonte, Recife e São Paulo) em setembro e outubro. Com o tema "Noite de Bossa Nova: na tranquilidade do som, na harmonia da vida segura", a

feira reuniu mais de 3.600 aposentados e pensionistas. Desde o primeiro evento, realizado em 2004, o total de participantes quadruplicou – o que comprova o sucesso da iniciativa.

Encontros com associações

Dois encontros reuniram, em São Paulo (SP), os representantes das associações de aposentados das entidades do Itaú Unibanco – AFAB, AFABEG, AFACI, AJUBEMGE, ANAB e APATREVO. Após almoço com diretores e conselheiros, os convidados assistiram a palestras sobre temas de impacto no setor previdenciário. Em maio, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, diretor executivo da Asset Management do Itaú Unibanco, apresentou o cenário econômico e seu impacto sobre os fundos de pensão. Em novembro, o economista Eduardo Giannetti da Fonseca falou sobre o equilíbrio entre viver o presente e preparar o futuro.





Atualização cadastral

Como nos anos anteriores, a Bemgeprev promoveu o recadastramento de seus assistidos (aposentados e pensionistas) para confirmação ou correção dos dados que constam em seu sistema. Esse procedimento é exigido pelo Regulamento do plano e a legislação que rege o sistema e tem como finalidade proteger o patrimônio da entidade, evitando pagamentos indevidos.

Informações sempre à mão

Chegando a mais de 1.400 leitores, o informativo bimestral "Fundação Bemgeprev com você" completou seu terceiro ano. A publicação tem como objetivo contribuir para a edu-

cação previdenciária dos participantes, divulgando artigos sobre uma ampla gama de assuntos relacionados ao segmento. Em 2009, a entidade inaugurou seu site na internet, com acesso fácil e rápido para consulta às informações relativas aos planos.

Auditoria de acompanhamento

A Bemgeprev recebeu, em novembro, a auditoria de acompanhamento da certificação de conformidade com as normas internacionais ISO 9001, conquistada em 2007 para o processo de Pagamento de Benefícios Previdenciários. O acompanhamento confirmou a adequação dos procedimentos utilizados pela entidade.

Encontro com associações



Quem somos

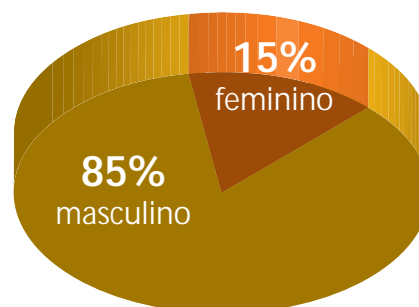
Participantes Assistidos

O plano não possui pensionistas • base: setembro 2009

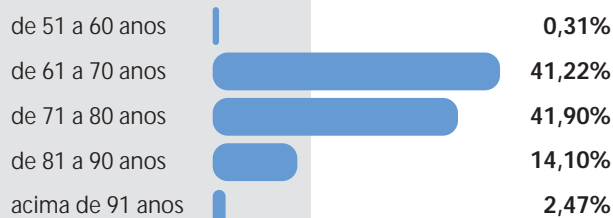
Total de Participantes

1.283

Sexo



Faixas Etárias



Idade média: 73 anos

Presença nos Estados

São Paulo	6,58%
Minas Gerais	69,65%
Rio de Janeiro	16,21%
Paraná	0,39%
Rio Grande do Sul	0,08%
Goiás	1,27%
Bahia	1,49%
Outros	4,33%

Tipo de benefício

Aposentadoria Complementar
Móvel Vitalícia (ACMV)

Tempo de serviço	1.281
Idade	2

Média de tempo de benefício: 10 anos

Órgãos de Administração

	Titulares	Suplentes
Conselho Deliberativo		
Presidente	Ricardo Villela Marino	Silvio Aparecido de Carvalho
Vice Presidente	Messias Caetano Neto	Maria Lucia Machado
Conselheiros	Demosthenes Madureira de Pinho Neto Silvio Caitano da Fonseca	João Jacó Hazarabedian José Cássio Damas
Conselho Administrativo		
Presidente	Fabio Magalhães	Lourival Lelles
Vice Presidente	Antonio Barsand de Leucas	
Conselheiros	Catão Baptista Filho	Rubens Prates Macedo
Conselho Fiscal		
Presidente	Marco Antonio Antunes	Plínio Cardoso da Costa Patrão
Conselheiros	José Maria Riemma Aguinaldo José do Crato José Daltro Rocha Laiz Maria Martins Lannes	Ottavio Aldo Ronco Selma Negro Capeto Luciana Leonina Fernandes Ronaldo Falce Pereira Neto
Diretoria		
Diretor Presidente	Sérgio Guillinet Fajerman	
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura	
Diretores Gerentes	Arnaldo Cesar Serighelli Reginaldo José Camilo	



F U N D A Ç Ã O
BEMGEPREV

Rua Goitacazes, 15 – 9º andar
Centro – CEP 30190-050
Belo Horizonte - MG

www.bemgeprev.com.br



Relatório Anual 2009

- 2** Demonstrações Contábeis
- 11** Parecer Atuarial
- 14** Parecer dos Auditores Independentes
- 15** Parecer do Conselho Fiscal
- 16** Manifestação do Conselho Deliberativo
- 17** Demonstração Patrimonial e de Resultados
- 18** Informe Resumo dos Investimentos
- 20** Resumo da Política de Investimentos



FUNDAÇÃO
BEMGEPREV

Ativo	31/12/2009	31/12/2008	Passivo	31/12/2009	31/12/2008
Disponível	16	4	Exigível Operacional	2.524	3.251
			Programa Previdencial	134	170
Realizável	258.896	272.195	Programa Administrativo	79	59
Programa Previdencial	9	4	Programa de Investimentos	2.311	3.022
Programa de Investimentos	258.887	272.191			
Renda Fixa	258.183	271.868	Exigível Contingencial	7.234	6.191
Operações com Participantes	704	323	Programa de Investimentos	7.234	6.191
Permanente	3	3	Exigível Atuarial	259.413	263.176
Imobilizado	3	3	Provisões Matemáticas	259.413	263.176
			Benefícios Concedidos	259.413	263.176
			Reservas e Fundos	(10.256)	(416)
			Equilíbrio Técnico	(12.942)	(3.268)
			Resultados Realizados	(12.942)	(3.268)
			Déficit Técnico Acumulado	(12.942)	(3.268)
			Fundos	2.686	2.852
			Programa Administrativo	2.677	2.843
			Programa de Investimentos	9	9
Total do Ativo	258.915	272.202	Total do Passivo	258.915	272.202

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

		31/12/2009	31/12/2008
Programa Previdencial			
(-)	Recursos Utilizados	(31.726)	(31.029)
(+ / -)	Resultados dos Investimentos Previdenciais	18.289	37.645
(- / +)	Reversão de Provisões Atuariais	3.763	822
(=)	Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(9.674)	7.438
Programa Administrativo			
(+)	Recursos Oriundos de Outros Programas	151	138
(+)	Receitas	4	16
(-)	Despesas	(567)	(447)
(+ / -)	Resultados dos Investimentos Administrativos	246	401
(=)	Constituições/(Reversões) de Fundos	(166)	108
Programa de Investimento			
(+ / -)	Renda Fixa	18.924	38.463
(+ / -)	Operações com Participantes	90	37
(- / +)	Constituições de Contingências	(328)	(307)
(-)	Custeio Administrativo	(151)	(138)
(+ / -)	Transferidos para Outros Programas	(18.535)	(38.046)
(=)	Constituições de Fundos	-	9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

		02/01 a 31/12/2009	02/01 a 31/12/2008
(+ / -)	Programa Previdencial	(31.767)	(31.039)
(+)	Entradas	-	14
(+)	Outros Realizáveis/Exibilidades	-	14
(-)	Saídas	(31.767)	(31.053)
(-)	Recursos Utilizados	(31.726)	(31.029)
(+)	Utilizações a Pagar	(12)	(13)
(+)	Outros Realizáveis/Exibilidades	(29)	(11)
(+ / -)	Programa Administrativo	(542)	(222)
(+)	Entradas	4	200
(+)	Receitas	4	16
(+)	Outros Realizáveis/Exibilidades	-	184
(-)	Saídas	(546)	(422)
(-)	Despesas	(567)	(447)
(+)	Despesas a Pagar	22	25
(-)	Outros Realizáveis/Exibilidades	(1)	-
(+ / -)	Programa de Investimento	32.321	31.248
(+ / -)	Renda Fixa	32.609	31.533
(+ / -)	Operações com Participantes	(289)	(285)
(+ / -)	Relacionados com Tributos	(712)	(842)
(+ / -)	Constituição de Contingências	713	842
(=)	Fluxo nas Disponibilidades	12	(13)
(=)	Variação nas Disponibilidades	12	(13)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BEMGEPREV, instituída em 25/05/2005 e autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria SPC nº 132/05 de 21/10/2004, tem por finalidade administrar o plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV).

Em 02/01/2007, conforme Portaria SPC nº 770 de 23/10/2006, foi efetivada a transferência do acervo patrimonial e dos participantes do Plano ACMV da Fundação Itaúbanco para a Fundação Bemgeprev sem solução de continuidade.

O Plano ACMV se caracteriza por possuir somente participantes assistidos.

O quadro de participantes na data base dos dados cadastrais para a avaliação atuarial, 30 de setembro, apresenta a seguinte posição:

Descrição	2009	2008
Assistidos	1.283	1.330
Total	1.283	1.330

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução CGPC (Conselho de Gestão de Previdência Complementar) nº 5 de 30/01/2002, e demais instruções da Secretaria da Previdência Complementar (SPC). Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios mantido pela Entidade.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Apuração de Resultado**

Os recursos coletados e os recursos utilizados foram registrados pelo regime de competência, sendo todos os ativos e passivos indexados, atualizados "pro-rata temporis".

b) Programa de Investimentos**I - Renda Fixa**

De acordo com as disposições da Resolução CGPC N.º 4/02, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e os efeitos são reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício; e

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título, estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As aplicações em fundos de investimentos são atualizadas pelo valor da cota da data do balanço.

II – Operações com Participantes

Os empréstimos a participantes são corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros de 12% a.a..

c) Exigíveis Operacional e Contingencial

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

O exigível contingencial é demonstrado pelo valor líquido de depósitos judiciais e refere-se a Imposto de Renda não retido quando do resgate ou alienação de aplicações e investimentos, por conta de discussão judicial.

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas com base na avaliação da administração e de seus consultores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 489 e NPC nº 22 do IBRACON, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

d) Transferências Interprogramas**I – Programa Previdencial**

Este programa recebe valores transferidos do Programa de Investimentos relativos ao resultado dos recursos garantidores correspondentes às atividades do Programa Previdencial.

II – Programa Administrativo

Este programa recebe valores transferidos do Programa de Investimentos relativos ao resultado dos recursos garantidores correspondentes ao Fundo Programa Administrativo e ao custeio das despesas com a administração dos investimentos.

III – Programa de Investimentos

As receitas dos investimentos mensais (atualização monetária, juros, deságio, prêmios, dividendos, lucros de venda, etc.), deduzidas das despesas (IOF, prejuízos na venda, ágio, etc.), são transferidas para os Programas Previdencial e Administrativo. Para este último também é transferido o custeio das despesas com administração dos investimentos.

e) Custeio Administrativo

As despesas administrativas são contabilizadas no Programa Administrativo, sendo as despesas administrativas previdenciais cobertas exclusivamente com recursos do Fundo Administrativo.

As despesas Administrativas de Investimentos são cobertas com recursos do Programa de Investimentos.

NOTA 4 - REALIZÁVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A Administração através da Política de Investimentos do plano determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes.

a) Composição dos Investimentos por Segmento

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Renda Fixa	258.183	271.868
Operações com Participantes - Empréstimos	704	323
Total	258.887	272.191

b) Renda Fixa

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários já ajustados aos respectivos valores de mercado.

Os títulos e valores mobiliários (Renda Fixa) são custodiados no SELIC, na CETIP e no Itaú Unibanco.

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

	Custo (1)	Valor Contábil (2)				
		Vencimento			Total	
		Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2009	31/12/2008
Títulos de Renda Fixa						
Títulos do Governo Federal - ESTF (3)	120.687	-	-	120.687	120.687	143.335
Fundo de Investimento - Exclusivo	137.497	1.990	32.782	102.725	137.497	128.533
Certificado de Depósito Bancário	21.093	-	21.093	-	21.093	19.039
Debêntures	2.776	-	2.776	-	2.776	3.083
Fundos de Investimentos	1.990	1.990	-	-	1.990	3.899
Letras Financeiras do Tesouro	3.905	-	3.905	-	3.905	2.557
Notas do Tesouro Nacional	107.733	-	5.008	102.725	107.733	99.955
Total	258.183	1.990	32.782	223.412	258.183	271.868

(1) Custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

(2) Os títulos de renda fixa classificados na categoria Títulos para Negociação estão a valor de mercado, considerando os seguintes parâmetros: (i) Preço médio de negociação no dia da apuração, (ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação e (iii) preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

(3) Títulos inegociáveis com vencimento em 2023, com amortizações anuais e com correção mensal pelo IGP-DI mais taxa de 6% a.a., classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento.

Apresentamos abaixo os Títulos e Valores Mobiliários classificados por categoria:

	31/12/2009	31/12/2008
Títulos para Negociação	131.339	122.627
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	126.844	149.241
Total	258.183	271.868

(1) Inclui, além do Títulos do Governo Federal - ESTF, NTNBS no montante de R\$ 6.157 (R\$ 5.906 em 2008), com vencimento em 2045. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 126.932 (R\$ 148.592 em 2008). A Entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria. No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

NOTA 5 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Programa Previdencial	134	170
Aposentadorias a Pagar	15	26
Encargos a Pagar	119	144
Programa Administrativo	79	59
Despesas a Pagar	79	57
Tributos a Pagar	-	2
Programa de Investimentos	2.311	3.022
Relacionadas com Tributos(*)	2.311	3.022
Total	2.524	3.251

(*) Corresponde a provisão de IR sobre rendimentos apurados em aplicações financeiras ativas até 31/08/2001, data da vigência da MP 2222/01, que instituiu o Regime Especial de Tributação - RET.

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

NOTA 6 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Imposto de Renda Retido na Fonte (1)	7.232	6.191
Exigível Suspensão	40.082	37.482
(-) Depósitos Judiciais	(32.850)	(31.291)
PIS/COFINS (2)	2	-
Exigível Suspensão	3	-
(-) Depósitos Judiciais	(1)	-
Total	7.234	6.191

(1) Corresponde a ação que discute judicialmente a imunidade tributária, quando da edição da MP 2222/01 que instituiu o RET, tendo em vista o caráter não contributivo do plano de benefícios administrado pela Entidade. Por decisão judicial os valores não recolhidos foram depositados em juízo.

(2) Corresponde a ação que discute judicialmente a tributação do PIS/COFINS sobre as receitas decorrentes do custeio das atividades de administração e execução de planos de benefícios. Em 17/11/2009 foi concedida liminar autorizando o Depósito Judicial dessas contribuições.

NOTA 7 - EXIGÍVEL ATUARIAL**a) Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas foram calculadas por atuário, cujo parecer evidencia o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e do Regulamento do plano de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos.

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias).

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2009 / 2008
Taxa Real de Juros	6% a.a.
Índice de Crescimento de Benefício	Índice ACMV (1)
Tábua de Mortalidade Geral (2)	AT - 83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A.
Taxa de crescimento real do Benefício do INSS	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios	0,98
Método Atuarial	Agregado

N.A. = Não Aplicável por não haver participante aposentado por invalidez

(1) Índice ACMV é a média geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

(2) Segregada por sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

c) Evolução das Provisões Matemáticas

Com base nas premissas atuariais definidas para o exercício de 2009 (Nota 9b), foram revertidas provisões matemáticas no montante de R\$ 3.763, totalizando o saldo de R\$ 259.413 em 31/12/2009.

Descrição	Saldos em 31/12/2008	Reversão Líquida	Saldos em 31/12/2009
Benefícios Concedidos	263.176	(3.763)	259.413
Benefícios	263.176	(3.763)	259.413
Total	263.176	(3.763)	259.413

NOTA 8 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa o resultado acumulado obtido pelo plano e registrado na conta de resultados realizados, cuja composição em 31 de dezembro, era a seguinte:

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Saldo Inicial Superávit/(Déficit)	(3.268)	(10.706)
Superávit/(Déficit) do Período	(9.674)	7.438
Déficit Técnico Acumulado (1)	(12.942)	(3.268)

(1) O Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2008 no montante de R\$ 3.268 (1,2% do Exigível Atuarial) decorre basicamente a adoção de premissas atuariais com maior aderência à massa de participantes, ocorrida em 2007 após estudo efetuado com o apoio de consultoria atuarial independente, cujo efeito foi de R\$ 24.500. Em 31/12/2009, o Déficit Técnico Acumulado no montante de R\$ 12.942 (5,0% do Exigível Atuarial) decorre basicamente da performance dos investimentos no período, cujo principal indexador é o IGP-DI. A Entidade e a patrocinadora do plano iniciaram tratativas para o equacionamento de déficit.

NOTA 9 - FUNDOS**a) Programa Administrativo**

Constituído com recursos da patrocinadora em montante equivalente a 1% das reservas matemáticas na época da implantação do plano ACMV, acrescido da rentabilidade obtida sobre o resultado dos recursos garantidores correspondentes ao Fundo Programa Administrativo e revertido em função do custeio das despesas administrativas previdenciais.

b) Programa Investimentos

Constituído com recursos oriundos de taxas administrativas cobradas na concessão dos empréstimos. Tem o objetivo de garantir o saldo dos empréstimos concedidos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2008	Remuneração	Reversão Líquida	Saldos em 31/12/2009
Fundo Administrativo	2.843	246	(412)	2.677
Fundo Investimentos	9	1	(1)	9
Total	2.852	247	(413)	2.686

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

NOTA 10 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Fundação Bemgeprev, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

a) Legislação

I – Em 26 de janeiro de 2009, foi publicada a Resolução CGPC nº. 28, e em 24 de setembro de 2009 foi publicada a Instrução SPC nº 34, que dispõem sobre os procedimentos contábeis a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar a partir de 1º de janeiro de 2010, quando ficam revogadas as Resoluções CGPC/MPAS nº. 5 e 10/2002 mencionadas anteriormente, que norteiam os critérios contábeis utilizados na elaboração das demonstrações contábeis. Atualmente a Entidade encontra-se em processo de avaliação dos impactos da aplicação desta resolução.

II – Em 24 de setembro de 2009, foi publicada a Resolução CMN nº. 3.792 que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A referida resolução revogou as Resoluções 3.456 de 01/06/2007, 3.558 de 27/03/2008 e 3.652 de 17/12/2008.

III – Em 23 de dezembro de 2009, foi criada a Superintendência Nacional da Previdência Complementar (PREVIC) através da Lei 12.154, à qual as entidades deverão efetuar contribuições classificadas como Taxa de Fiscalização e Controle de Previdência Complementar (TAFIC), de acordo com o art. 12 da referida lei. Essa taxa foi instituída na data de sua aprovação e só será cobrada a partir do segundo quadrimestre do exercício de 2010.

1 - Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV mantido pela Fundação BEMGEPREV, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à Patrocinadora da Entidade em 31 de dezembro de 2009.

2 - Posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos

Certificamos que, em 31 de dezembro de 2009, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 5, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002, é a seguinte:

2.3 Exigível Atuarial	259.413.697,79
2.3.1. Provisões Matemáticas	259.413.697,79
2.3.1.1. Benefícios Concedidos	259.413.697,79
2.3.1.1.01. Benefícios do Plano	259.413.697,79
2.3.1.1.01.01. Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.02. Benefício Definido	259.413.697,79
2.3.1.2. Benefícios a Conceder	0,00
2.3.1.2.01. Benefícios do Plano com a Geração Atual	0,00
2.3.1.2.01.01. Contribuição Definida	0,00
2.3.1.2.01.02. Benefício Definido	0,00
2.3.1.2.03. Outras Contribuições da Geração Atual (-)	0,00
2.3.1.3. Provisões Matemáticas a Constituir (-)	0,00
2.3.1.3.01. Serviço Passado (-)	0,00
2.3.1.3.02. Déficit Equacionado (-)	0,00
2.3.1.3.03. Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.4. Reservas e Fundos	(10.256.481,99)
2.4.1. Equilíbrio Técnico	(12.942.463,55)
2.4.1.1. Resultados Realizados	(12.942.463,55)
2.4.1.1.01. Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.4.1.1.01.01. Reserva de Contingência	0,00
2.4.1.1.01.02. Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.4.1.1.02. Déficit Técnico Acumulado (-)	12.942.463,55
2.4.2. Fundos	2.685.981,56
2.4.2.1. Programa Previdencial	0,00
2.4.2.2. Programa Assistencial	0,00
2.4.2.3. Programa Administrativo	2.676.955,16
2.4.2.4. Programa de Investimentos	9.026,40

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

1) O Regulamento do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV vigente em 31 de dezembro de 2009, Plano este que se encontra em extinção;

2) Os dados individuais posicionados em 30/09/2009 dos aposentados do Plano fornecidos pela Fundação BEMGEPREV à Mercer que após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item "Informações Gerais" do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação BEMGEPREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios;

4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela Fundação BEMGEPREV à Mercer, bem como o valor dos Fundos Administrativo e de Investimentos.

De acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia, o Instituidor, na hipótese de adesão dos Participantes elegíveis ao Plano, deve efetuar uma contribuição destinada à integralização do Fundo, correspondente ao valor presente dos Benefícios calculados de acordo com o mesmo Regulamento. Em adição à contribuição destinada à integralização das reservas dos Participantes que aderirem ao Plano ACMV, o Instituidor deverá efetuar uma contribuição equivalente a 1,00% (um por cento) do montante transferido, para cobertura das despesas administrativas relativas a esse Plano.

Certificamos ainda que, a partir de 1º de janeiro de 2010, a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos, deverá ser apresentada de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 28, de 26/01/2009 e Instrução nº 34, de 24/09/2009, conforme disposto a seguir.

2.3.0.0.00.00.00 Patrimônio Social	249.157.215,80
2.3.1.0.00.00.00 Patrimônio para Cobertura do Plano	246.471.234,24
2.3.1.1.00.00.00 Provisões Matemáticas	259.413.697,79
2.3.1.1.01.00.00 Benefícios Concedidos	259.413.697,79
2.3.1.1.01.01.00 Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	259.413.697,79
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	259.413.698,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não-Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.02.00.00 Benefícios a Conceder	0,00
2.3.1.1.03.00.00 Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00 Serviço Passado (-)	0,00
2.3.1.1.03.01.01 Patrocinador(Es) (-)	0,00
2.3.1.1.03.01.02 Participantes (-)	0,00
2.3.1.1.03.02.00 Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01 Patrocinador(Es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02 Participantes (-)	0,00
2.3.1.1.03.02.03 Assistidos (-)	0,00
2.3.1.1.03.03.00 Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias (+ / -)	0,00
2.3.1.1.03.03.01 Patrocinador(Es) (+ / -)	0,00
2.3.1.1.03.03.02 Participantes (+ / -)	0,00
2.3.1.1.03.03.03 Assistidos (+ / -)	0,00
2.3.1.2.00.00.00 Equilíbrio Técnico	(12.942.463,55)
2.3.1.2.01.00.00 Resultados Realizados	(12.942.463,55)
2.3.1.2.01.01.00 Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00 Déficit Técnico Acumulado (-)	12.942.463,55
2.3.1.2.02.00.00 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2.0.00.00.00 Fundos	2.685.981,56
2.3.2.1.00.00.00 Fundos Previdenciais	0,00
2.3.2.1.01.00.00 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02.00.00 Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03.00.00 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2.00.00.00 Fundos Administrativos	2.676.955,16
2.3.2.2.01.00.00 Plano de Gestão Administrativa	2.676.955,16
2.3.2.2.02.00.00 Participação no Fundo Administrativo PGA	0,00
2.3.2.3.00.00.00 Fundos dos Investimentos	9.026,40
2.4.0.0.00.00.00 Gestão Assistencial	0,00

3 - Plano de Custeio para o Exercício de 2010

Uma vez que o plano está em extinção e de que não há participantes ativos cobertos por este plano (apenas participantes aposentados em gozo de benefícios), não se faz necessário a realização de contribuições normais para este plano.

Em relação ao déficit apresentado, indicamos a seguir sua origem e forma de equacionamento:

O Déficit acumulado apresentado no encerramento do exercício de 2009 teve sua origem no encerramento do exercício de 31/12/2007 em decorrência da alteração da tábua de mortalidade AT-83 com 3 anos de agravamento para a AT-83 sem agravamento.

Este movimento de atualização da tábua de mortalidade ocorreu em atendimento ao disposto da Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006. A adaptação ocorreu em 31/12/2007 de forma que em 31/12/2008, a mortalidade utilizada nos cálculos atuariais se alinhou completamente às disposições da referida Resolução.

Em 31/12/2008, apesar do resultado superavitário no exercício, o plano apresentou pelo segundo ano consecutivo déficit acumulado. Naquela ocasião não houve o equacionamento do déficit acumulado, caracterizado como conjuntural, uma vez que o resultado do exercício foi positivo e a expectativa era de reversão da posição deficitária ao longo do exercício de 2009.

Na avaliação atuarial de 31/12/2009 foi detectado que a expectativa de reversão do Déficit acumulado não se concretizou. A rentabilidade acumulada no exercício de 2009 foi inferior a meta atuarial, realidade que agravou a situação econômica do plano, porém não prejudicando a capacidade de pagamento dos benefícios a curto prazo.

Em atendimento ao previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, mais especificamente em seu artigo 28, parágrafo 3º, será necessário promover o equacionamento do Déficit acumulado apresentado no Plano ACMV em 31/12/2009.

Este equacionamento se dará de forma atuarial, requerendo, portanto acompanhamento anual por ocasião da avaliação atuarial, de maneira a restabelecer o equilíbrio técnico do plano. Este equilíbrio será recomposto com base na redefinição das contribuições para o exercício seguinte, no momento que o equilíbrio seja novamente encontrado estas contribuições deverão ser extintas.

Com base nas características da população do Plano ACVM, recomendamos que para o exercício de 2010 suas patrocinadoras realizem contribuição amortizante para a amortização do déficit acumulado de R\$ 12.942.463,55, valor este apurado em 31/12/2009 que deverá ser objeto de instrumento contratual com garantias por parte do patrocinador com cláusula de revisão anual do saldo devedor em função de perdas e ganhos observados nas avaliações anuais.

O prazo determinado para a amortização do déficit foi apurado considerando o somatório do produto do valor do benefício pela expectativa de vida completa do participante assistido, sem considerar sua reversão em pensão, sendo o resultado dividido pelo somatório do valor do benefício, conforme item 11 da citada Resolução nº 18. O valor assim encontrado correspondeu a 12 anos.

O pagamento das parcelas amortizantes será realizado de forma semestral, nos meses de Junho e Dezembro de cada ano e serão atualizados mensalmente pelo Indexador do Plano acrescida do equivalente mensal à taxa de juros de 6% a.a..

Recomendamos que a Entidade formalize instrumento contratual com garantia da Patrocinadora, conforme determinam as Resoluções CGPC nºs 18 e 26, nos moldes do descrito neste Parecer Atuarial.

São Paulo, 12 de março de 2010.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Fernanda Rinco – MIBA nº 1.198

Aos Conselheiros, Diretores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação BEMGEPREV
São Paulo – SP

1 - Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação BEMGEPREV ("Entidade"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação BEMGEPREV em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de março de 2010.

Deloitte Touche Tohmatsu

Auditores Independentes • CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza • Contador • CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do fluxo financeiro e das notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2009, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting e dos Auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal da Fundação Bemgeprev são de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Bemgeprev em 31.12.2009, merecendo a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 16 de março de 2010.

Conselheiros • Aginaldo José do Crato

• José Daltro Rocha

• Laiz Maria Martins Lannes

• Marco Antonio Antunes

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2009, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial “Mercer Human Resource Consulting Ltda” e dos auditores independentes “Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes”, os membros do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO BEMGEPREV, reunidos em número legal, deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31.12.2009.

São Paulo (SP), 23 de março de 2010.

Vice Presidente • Messias Caetano Neto

Conselheiros • Demóstenes Madureira de Pinho Neto

• Silvio Caitano da Fonseca

Demonstração Patrimonial e de Resultados

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 - em Reais

Demonstração Patrimonial

Ativo	31/12/2009	31/12/2008	Passivo	31/12/2009	31/12/2008
Disponível	15.588,56	4.083,32	Contas a Pagar	2.524.342,69	3.250.764,47
Contas a Receber	8.774,82	3.593,58	Valores em Litígio	7.233.171,43	6.190.840,96
Aplicações	258.887.488,30	272.191.296,54	Compromisso com Participantes e Assistidos	259.413.697,79	263.176.435,41
Renda Fixa	258.183.390,92	271.868.129,99	Fundos	2.685.981,56	2.852.495,73
Empréstimos e Financiamentos	704.097,38	323.166,55	Equilíbrio Técnico	(12.942.463,55)	(3.268.283,37)
Bens de Uso Próprio	2.878,24	3.279,76	Resultados Realizados	(12.942.463,55)	(3.268.283,37)
			Déficit Técnico Acumulado	(12.942.463,55)	(3.268.283,37)
Total do Ativo	258.914.729,92	272.202.253,20	Total do Passivo	258.914.729,92	272.202.253,20

Demonstração de Resultados

	01/01 a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008
(+) Contribuições	-	-
(-) Benefícios	(31.726.451,52)	(31.029.723,65)
(+/-) Rendimento das Aplicações	19.014.518,07	38.500.138,44
(=) Recursos Líquidos	(12.711.933,45)	7.470.414,79
(-) Despesas Líquidas com Administração	(562.550,01)	(429.864,95)
(+/-) Formação (Utilização) de Valores em Litígio	(328.948,51)	(306.995,76)
(+/-) Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	3.762.737,62	821.650,43
(+/-) Formação (Utilização) de Fundos de Riscos Futuros	166.514,17	(117.267,68)
(=) Superávit (Déficit) do Exercício	(9.674.180,18)	7.437.936,83

Comentários sobre a **Rentabilidade** do Plano:

Em 2009 o mercado passou por um vigoroso movimento de recuperação de preços tanto na renda fixa quanto na renda variável.

Embora o ambiente econômico tenha sido de recuperação, os efeitos da crise mantiveram os preços no atacado, bastante deprimidos, levando à deflação nos Índices Gerais de Preços (IGPs) em 2009.

A carteira do Plano ACMV obteve rentabilidade de 7,36% contra 10,09% da sua meta atuarial. Esse resultado pode ser explicado pela diferença entre os indexadores dos ativos investidos em carteira (IGPs) e a cesta de índices que compõem a meta atual (Índices de Preços ao Consumidor - IPCs) e pelas oscilações das taxas de juros da carteira ACMV.

Para 2010, em função da aceleração do nível de atividade, o efeito poderá ser o inverso, com os IGPs performando acima dos IPCs.

O segmento de Empréstimos a Participantes tem pouca representatividade no total de investimentos e, portanto, não produz impacto significativo na rentabilidade do plano.

Comentários sobre o **Custeio Administrativo** do Plano:

O custeio das despesas administrativas do programa previdencial foi efetuado através da reversão do fundo administrativo constituído para esse fim. Já as despesas administrativas do programa de investimentos foram custeadas por este programa.

Ao lado, quadro comparativo entre as despesas administrativas ocorridas nos anos de 2009 e 2008:

A evolução das despesas administrativas de 2009 em relação às de 2008 foi decorrente basicamente de:

- Previdencial : Honorários advocatícios contencioso. Implantação do sistema de gestão operacional e ajuste no critério na contabilização da despesas de consultoria atuarial;
- Investimentos : Implantação do sistema de gestão dos recursos garantidores.

Segmentos	META ATUARIAL (*)		RENTABILIDADE	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Renda Fixa	10,09%	12,21%	7,33%	15,23%
Empréstimos	10,09%	12,21%	16,61%	14,00%
Recursos Totais	10,09%	12,21%	7,36%	15,22%
Retorno em relação à Meta Atuarial			-2,48%	2,69%

(*) Meta Atuarial (Média Geométrica IPCA/BH, IPC/RJ e IPC/SP + 6% aa)

Descrição	31/12/2009	31/12/2008	Variação
Programa Previdencial	415.839,34	298.773,17	39,18%
Programa de Investimentos	150.736,65	147.083,24	2,48%
Total	566.575,99	445.856,41	27,08%

Prezado Participante,

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2009 do Plano ACMV

1. A carteira de investimentos do Plano ACMV apresentava a seguinte composição por segmento de investimentos:

Segmento	Dezembro/2009	%	Dezembro/2008	%
Renda Fixa	258.183.390,92	99,73	271.868.129,99	99,90
Operações com Participantes	704.097,38	0,27	323.166,55	0,10
Total	258.887.488,30	100,00	272.191.296,54	100,00

2. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009, e a composição efetiva dos investimentos no Exercício de 2009:

Segmento	Resolução CMN 3792	Efetiva (%)
Renda Fixa	Até 100,00	99,73
Renda Variável	Até 70,00	0,00
Investimentos Estruturados	Até 20,00	0,00
Investimentos no Exterior	Até 10,00	0,00
Imóveis	Até 8,00	0,00
Operações com Participantes	Até 15,00	0,27

3. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2009 do plano ACMV em comparação com a taxa mínima atuarial do referido plano, no mesmo período de tempo:

Segmento	Rentabilidade Acumulada %
Renda Fixa	7,33
Empréstimos	16,61
Recursos Totais	7,36

Taxa Mínima Atuarial = 10,09% a.a.
(média geométrica IPCA/BH, IPC/SP e IPC/RJ +6% a.a.)

4. Em atendimento ao parágrafo V do art. 3º da Resolução CGPC nº 23/06, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2008:

a) Despesas com gestão dos Investimentos:

	Em Reais
Custódia	65.942,97
Serviços Prestados	31.971,84
Divergência Não Planejada	17.286,66
Taxa Cetip, Selic, CBLC	16.883,08
Total	132.084,55

b) Despesas Administrativas Previdenciais:

	Em Reais
Gestão do Passivo	114.044,52
Avaliações Atuariais e Auditoria	83.286,76
Publicações	60.704,57
Evento Aposentados	65.951,13
Viagens e transportes	25.144,09
Honorários Advocaticios	20.253,62
Serviços de Correio, Malote e ECT	15.903,46
Taxas/Seguros	13.681,60
Contribuições/Associações	9.689,52
Serviços Prestados	5.852,80
Manutenção e Conservação de Bens	925,75
Total	415.437,82

5. Gestão dos Investimentos

Os investimentos da Fundação Bemgeprev são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

6. Responsável pela aplicação dos Recursos

- Nome: Gabriel Amado de Moura
- Telefone: (11) 5029.1031
- E-mail: gabriel.moura@itau-unibanco.com.br

7. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:

Não há desenquadramentos.

8. Justificativas aos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792/09:

Não há justificativa devido não ter desenquadramentos.

Plano de Benefícios ACMV

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2009 do Plano de Benefícios ACMV.

1. Taxa Mínima Atuarial

Indexador	Taxa de Juros
(*)	6%

(*) Média Geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de BH, IPC de SP e do RJ, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Investimentos	Mínimo	Máximo	Alvo
Segmento	Investimentos	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	52%	100%	77%
Renda Fixa	Médio Risco de Crédito	0%	20%	5%
Renda Fixa	Alto Risco de Crédito	0%	20%	5%
Renda Variável	Empresas com IGC/Bovespa	0%	35%	10%
Renda Variável	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	0%	3%	1%
Renda Variável	Sociedade de Propósito Específico	0%	20%	1%
Renda Variável	Parceria Público-Privada	0%	0%	0%
Imóveis	Investimentos Visando Ulterior Alienação	0%	8%	0%
Imóveis	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0%	8%	0%
Imóveis	Fundos de Investimentos	0%	8%	0%
Imóveis	Outros Investimentos	0%	8%	0%
Emprést. e Financ.	Empréstimos	0%	5%	1%
Emprést. e Financ.	Financiamentos	0%	5%	0%

4. Derivativos

Limite Máximo para Proteção: 100%

Limite Máximo para Exposição: 100%

5. Limite Máximo de Diversificação

5.1 Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 20%

5.2 Em Patrocinadoras e Ligadas: 10%

5.3 Ativos de Renda Fixa

Descrição	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	80%	20%	20%
Instituição Financeira	80%	20%	20%
FIDC	20%	10%	10%

5.4 Companhias Abertas

Por Capital Votante: 20%

Dos Recursos Garantidores: 10%

Por Capital Total: 20%

5.5 Sociedades de Propósito Específico

Por Projeto: 25%

Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40%

5.6 Imóveis

Por Imóvel: 25%

PL do Fundo: 25%

6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 3 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação à taxa mínima atuarial do plano

7. Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados

Estratégia de Formação de Preço: Externa

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Sim

8. Participação em Assembléias de Acionistas**8.1 Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas**

Capital Votante: 5%

Capital Total: 10%

Recursos Garantidores: 4%

9. Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas**9.1 Cenário Macroeconômico**

As decisões de alocação são definidas bimestralmente por um comitê formado por especialistas onde são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista).

São projetados valores para diversos fatores de risco, que são utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos.

9.2 Observações

Para os segmentos de Renda Fixa, Imóveis e Empréstimos/ Financiamentos a referência de rentabilidade será igual à Taxa Mínima Atuarial do Plano e para o segmento de Renda Variável o Ibovespa de fechamento.



Belo Horizonte (MG)
Rua Goitacazes, 15 – 9º andar
Centro – CEP 30190-050

www.bemgeprev.com.br